

A CONSTRUÇÃO/MOBILIZAÇÃO DOS SABERES DOCENTES NO FAZER PEDAGÓGICO COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS.

Mangabeira¹, Tábitta Caldas Lima

Bezerra², Paloma Oliveira

Argolo³, Jorsinai

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo investigar os saberes construídos e mobilizados pelos professores no exercício docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental na perspectiva da inclusão. É frente a essas questões que perpassam a educação inclusiva que se chega à formação de professores, e mais especificamente, ao exercício profissional docente. Considerando a necessidade e importância, política e teórica, de compreender e promover a educação inclusiva o presente trabalho tenta contribuir com um estudo sobre a construção e mobilização dos saberes docentes no fazer pedagógico para promoção da educação inclusiva. Para isso, constitui-se como objetivo geral: compreender quais os saberes sobre inclusão são constituídos por professores e gestores dos anos iniciais do ensino fundamental e como eles mobilizam esses saberes no exercício profissional. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública do município de Itapetinga-BA, e teve como colaboradores professores do Ensino Fundamental II. A construção dos dados tornou-se possível por meio da observação participante e de entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados foi possível por meio da análise de conteúdo. Nas páginas que seguem, apresenta-se a base que fundamentou a pesquisa e os resultados encontrados. Percebendo-se importância e a necessidade da discussão sobre a inclusão, um assunto que mesmo décadas após a sua entrada nas escolas do país ainda causa desconforto e incerteza nas salas de aula de vários professores.

¹ Graduada em Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB - tabittalima@hotmail.com.

² Professora da Educação Básica/Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU –Email: palomaoliveira7@hotmail.

³ Professora do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem - DCHEL – UESB/ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd/UESB

PALAVRAS-CHAVE: Formação Docente. Inclusão. Saberes Docentes.

INTRODUÇÃO

O atendimento escolar para crianças com deficiência é relativamente recente, aparecendo no contexto educacional brasileiro no último século, principalmente na década de 80 e 90. No decorrer dos anos, diversos decretos e adendos foram desenvolvidos para garantir a inclusão das pessoas com deficiências nas escolas regulares, um dos mais importantes foi o decreto nº 6.571 em 17 de setembro de 2008. O decreto conhecido por AEE, cujo objetivo é o atendimento educacional especializado (AEE) dos alunos portadores de necessidades educacionais, que engloba todos os tipos de deficiências.

Entretanto, as discussões e ações sobre/para educação inclusiva tornam-se mais complexas quando se referem ao cotidiano escolar, mais especificamente, quando abordam o processo de ensino-aprendizagem. Observam-se nas falas dos docentes o receio, medo e ansiedade quando recebem estudantes com deficiência em suas turmas. Carneiro e Lima (2016), em pesquisa sobre a formação e saberes dos docentes para proporcionar uma educação inclusiva, expõem que as professoras participantes da pesquisa, mostraram sentirem-se despreparadas e com dificuldades em exercer a profissão com o público especial.

É frente a essas questões que perpassam a educação inclusiva que se chega à formação de professores, e mais especificamente, ao exercício profissional docente. Considerando a necessidade e importância, política e teórica, de compreender e promover a educação inclusiva o presente trabalho tenta contribuir com um estudo sobre a construção e mobilização dos saberes docentes no fazer pedagógico para promoção da educação inclusiva. Para isso, constitui-se como objetivo geral: compreender quais os saberes sobre inclusão são constituídos por professores e gestores dos anos iniciais do ensino fundamental e como eles mobilizam esses saberes no exercício profissional.

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública do município de Itapetinga-BA, e teve como colaboradores professores do Ensino Fundamental II. A construção dos dados tornou-se possível por meio da observação participante e de entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados foi possível por meio da análise de conteúdo. Nas páginas que seguem, apresenta-se a base que fundamentou a pesquisa e os resultados encontrados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nos últimos dez anos, ocorreram avanços importantes em relação à formação de professores no Brasil para a inclusão, não apenas em termos de legislação, mas também em relação à produção do conhecimento acadêmico voltado para o tema. Segundo Sasaki (2012, p.1):

Inclusão é o processo pelos quais os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda adversidade humana – composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos, com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.

A Inclusão Escolar amplia à participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. Mantoan pontua que:

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada (MANTOAN, 2006, p. 53).

Durante anos, diversos decretos e adendos foram desenvolvidos para auxiliar na inclusão das pessoas com deficiências, um dos mais importantes foi o decreto nº 6.571 em 17 de setembro de 2008. O decreto conhecido por AEE, cujo objetivo é o atendimento educacional

especializado (AEE) dos alunos portadores de necessidades educacionais, que engloba todos os tipos de deficiências. Salientando que o AEE, refere-se ao conjunto de atividades pedagógicas e recursos, utilizados de maneira a complementar ou auxiliar na formação dos alunos portadores de necessidade educacionais especiais.

Art. 5º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular (Brasil, 2008).

Outro decreto institucionalizado sobre a inclusão é trazido na meta 4 do PNE (Plano Nacional de Educação), em que o transforma em uma exigência constitucional, e que portanto, serve como base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução. :

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (META 4 do PNE, 2010, p. 6).

A inclusão possui um excelente aporte de leis que trata a educação para pessoas com deficiência de forma exemplar e correta. O único problema no desenvolvimento desses decretos são suas expressões vagas e “buracos” que tornam possíveis desvios e fugas para o seu cumprimento. Elas somente se preocupam em “apagar incêndios”, não se interessando investigar avanços na área ou se preocupando com a formação da identidade e do conhecimento que as pessoas com deficiência estão recebendo.

Adaptar a escola para garantir a educação inclusiva não se resume apenas a eliminar as barreiras arquitetônicas dos prédios escolares; é preciso ter um novo olhar para o currículo escolar, proporcionando a todos os alunos o acesso aos processos de aprendizagem e desenvolvimento (TEZANI, 2010, p. 293).

O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas, onde quer que isso seja possível, não importam quais dificuldades ou diferenças elas possam ter. Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder as necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades.

Desde 1996 e fomentado pelo PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) de 2014 – meta nº 04 – a profissão docente obtêm um novo desafio. De acordo com a lei a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita assegurada, preferencialmente na rede regular de ensino conforme estabelecido nos artigos 58 e seguintes da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 24 do Decreto nº 3.298/99 e art. 2º da Lei nº 7.853/89, tendo o aluno com deficiência o direito a ser amparado e incluído em qualquer escola pública de sua preferência, recebendo uma educação de qualidade e que abarque suas deficiências e dificuldades.

Mas o professor está realmente preparado para esse desafio? O mundo espera que a educação inclusiva seja imediata e sem interferências, que ela ocorra sem transformações, sem modificações na estrutura do professor e principalmente na estrutura da educação. Cabe atualmente ao professor “se virar” para continuar com suas aulas e integrar e incluir este novo aluno. Pouco tem se falado em que conhecimentos e saberes o professor deve possuir ou desenvolver para conseguir ajudar na busca pelo aprendizado de qualidade desses alunos.

A inclusão é uma das palavras chave para caracterizar o século XXI. Mulheres, negros, homossexuais, sem terra e principalmente pessoas com deficiência tem defendido e lutado para que seus direitos e necessidades sejam ouvidos e atendidos. Sobretudo o direito a uma boa educação que é inerente a todos pela constituição e pelos direitos humanos, pois é a inclusão escolar, base fundamental que desenvolve as diversas outras formas de inclusão de modo satisfatório. A integração escolar dos alunos com deficiência busca uma educação que reinsira o indivíduo na estrutura normal da escola e na vida comunitária.

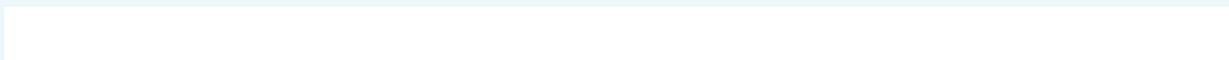
Coutinho e Araújo (2014), em artigo sobre os saberes docentes e a prática pedagógica inclusiva no o curso de pedagogia em instituições de ensino no sertão pernambucano, abordam os “saberes inclusivos”, defendendo que se trata dos saberes constituídos a partir das experiências vivenciadas pelos professores no seu percurso profissional, que os possibilitou

estabelecer, na sua prática de ensino com alunos com deficiência, um processo educativo inclusivo. As autoras apontam, a partir dos dados da pesquisa, 19 saberes inclusivos, dentre os quais destacamos:

Saber 1 Reconhecer aluno com deficiência; Saber 2 Identificar nos alunos os diferentes tipos de deficiência; Saber 3 Reconhecer, na legislação nacional, os princípios e orientações que garantem os direitos de aprendizagem das pessoas com deficiência; Saber 4 Reconhecer, nos recursos didáticos e nas tecnologias assistivas, meios auxiliares que garantam a aprendizagem de alunos com deficiência; Saber 5 Identificar as potencialidades e limitações dos alunos com deficiência no contexto educacional; Saber 6 Reconhecer a diferença entre a atuação do gestor escolar e do professor, para a garantia do direito de aprendizagem das pessoas com deficiência; Saber 7 Estabelecer relações entre a prática de ensino com alunos com deficiência na educação básica e a prática de ensino no curso de pedagogia; Saber 8 Analisar criticamente a formação profissional para atuação com alunos com deficiência no contexto escolar; (COUTINHO; ARAÚJO, 2014 p.7)

Observam-se, a partir das análises dos “saberes inclusivos” apresentados, as especificidades da atuação do processo de ensino-aprendizagem para inclusão. Nota-se que os professores precisam construir e mobilizar saberes específicos para garantir o direito de aprender dos estudantes com deficiência. Para isso, é necessário repensar a formação inicial e continuada dos professores. Contudo, as autoras sinalizam, a partir das narrativas dos sujeitos da pesquisa, a preocupação dos professores com a própria formação. Para Coutinho e Araújo (2014), há dificuldades no caminho para a construção de uma perspectiva de educação inclusiva. Isto se deve à própria falta de formação nos espaços formativos de professores.

Podendo se notar então que a inserção do aluno com deficiência nas salas de aula tem se tornado um tema bastante discutido dentro da academia, pois é direito de uma pessoa com deficiência a educação em escolas regulares e é dever da escola receber este aluno, mas ao professor são dadas reais capacitações para conseguir integrar satisfatoriamente esse aluno? O professor recebe algum acompanhamento ou formação continuada sobre a didática que melhor se adequa a esse aluno? Pois ao receber um aluno com deficiências na sala, sua metodologia, programação de aulas e didática deve sofrer uma completa transformação e a ele cabe a tarefa de descobrir como fazer a mediação satisfatória entre a criança e o conteúdo.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentro da escola, reduto inicial de sociedade, a busca pela interação e sociabilização se tornou primária e essencial, e comum que os centros de educação sempre tenham como slogan de ser “uma escola inclusiva” – que se caracteriza como um local de não distinção entre seus alunos - é obvio que as escolas devem buscar esse principio em sua qualidade pedagógica, qualquer ação que incentive a diminuição dos processos de exclusão social são louváveis, mas através de uma reflexão sobre as propostas de inclusão escolar, pode se observar que o discurso ainda é muito confuso e fragmentado, afirmando que a qualidade pedagógica basta para atender qualquer necessidade dos seus alunos sem importar suas variadas características.

Indiscutivelmente, poderíamos afirmar que uma escola com “igualdade pedagógica” poderia dar sustentação á qualquer tipo de demanda, mas conforme Beyer (2005) estaríamos entrando no campo do utópico, do ingênuo, dos autores que acreditam que uma escola para todos não distingue seus alunos. Sem duvida, todos tem direito ao acesso irrestrito a escola, contudo a condição de permanência não deve significar a não identificação da criança e de suas necessidades de aprendizagem.

Não há como considerar que uma criança com deficiência mental ou sensorial possa ter o devido atendimento sem uma suficiente distinção de suas características, por mais excelente que seja a atuação do professor ou os melhores esforços da coordenação pedagógica, não responderão as demandas especificas que estes alunos apresentam exatamente por não possuírem uma pedagogia diferenciada.

A ideia de uma escola inclusiva, com capacidade de atender diferentes alunos com diferentes situações, é extremamente desafiante, pois tal desafio implica na ação conjuntos de sujeitos que já se encontram conectados, mas não coesos em prol de uma educação em que é fundamental sua cooperação e responsabilidade. Essa conjugação de responsabilidades engloba os próprios alunos, suas famílias, os professores, as equipes diretivas e pedagógicas, os funcionários e finalmente os gestores dos projetos políticos pedagógicos.

Durante as entrevistas com as professoras, a coordenação e a cuidadora pode se perceber a necessidade de interação e comunicação entre elas, à escola possui todas as necessidades físicas que a habilitam como uma escola “inclusiva”. Ela possui rampas e banheiro adaptado,

em sua lista de funcionários existe cuidadoras e apoio de psicólogas e psicopedagogos. Para qualquer observador superficial essa escola seria um modelo de inclusão e interação, mas como foi dito acima, acreditar nessa ideia seria mergulhar no utópico, o que não é possível. Como pesquisador deve se sempre observar e criticizar o seu redor.

A escola, assim como seu quadro de funcionários busca fazer o melhor com o que tem. Professores e coordenação ainda se sentem perdidos e desconfortáveis na pele de incentivadores e motivadores da inclusão e sem o apoio das instâncias superiores como a secretaria de educação ou a própria universidade, que se encontra nesta situação como a formadora desses sujeitos, eles flutuam em um “mar” de informações e achismos que acabam confundindo e amedrontando esses profissionais do que lhes trazendo ajuda. Em maioria os professores conseguem reconhecer que o aluno possui uma deficiência, mas não possuem formas de identificar o tipo de deficiência, pois a burocracia pública e a falta de pessoal qualificado atrasa o atendimento dessas crianças, e faz com que os laudos necessários muitas vezes não sejam feitos. Deixando o professor de mãos atadas para buscar qualquer auxílio sobre a deficiência ou formas de ajudar no aprendizado do aluno.

Mas mesmo dentro desse “oceano” informacional pequenos faróis podem ser encontrados, professores que mesmo em meio a essas dificuldades se esforçam e buscam e que se utilizam do desconforto como força motriz para poder compreender o processo e dessa forma auxiliar no desenvolvimento desse aluno.

As atividades dentro da sala de aula são uma forma de auxiliar e desenvolver os alunos, auxiliando na compreensão do assunto e ajudando na descoberta de dúvidas e de como saná-las. Para uma criança com deficiência essa atividade além de auxiliar também a faz se entrosar com seu colega e lhe dar uma sensação de coletividade e de pertencimento a sala de aula. Como uma das professoras entrevistadas salienta “Na minha sala as atividades devem ser adaptadas, o assunto é adaptado para os alunos, se eu estou dando quadrinho, a minha aluna tem atividades com quadrinhos, mas adaptadas para ela.”. Essa é a importância da atividade escolar, e como sua adaptação é importante e necessária.

Uma das maiores queixas dos professores e da cuidadora era de como encontrar essas atividades e como prepará-las para seus alunos. Durante as entrevistas a queixa mais comum era a dificuldade das atividades e a forma como o professor podia trabalhar com esse aluno

didaticamente, como seu aproveitamento podia ser evoluído e onde o professor pode encontrar material e apoio didático para auxiliar esse aluno. Foi então decidido em conjunto com a orientadora do estágio que esse seria o foco da ação com os professores, formas didáticas, lúdicas e simples de atividades e matérias para utilizar com esses alunos.

Para se falar sobre a educação inclusiva, o estudo sobre a formação do professor que vai atuar nessa área é intrínseca e fundamental. A formação inicial do docente é imprescindível para se compreender a atitude e as ações dentro da sala de aula, mas tão importante quanto os saberes que o professor adquire durante sua formação profissional na academia são os saberes que ele capta durante sua estada em sala, nas experiências junto a seus alunos e seus companheiros escolares. Tentando definir e explicar os saberes docentes, Tardif (2002) afirma que:

O saber dos professores não é um conjunto de conteúdos cognitivos definidos de uma vez por todas, mas por um processo em construção ao longo de uma carreira profissional na qual o professor aprende progressivamente a dominar seu ambiente de trabalho, ao mesmo tempo em que se insere nele e o interioriza por meio de regras de ação que se tornam parte integrante de sua “consciência pratica”. (TARDIF, 2002, p.14)

Ao se trabalhar com a inclusão dentro da sala de aula, o professor que tem em suas raízes conceituais o ensino tradicionalista, acaba tendo que se despir desse suporte que são as memórias de seus antigos professores e conhecimentos engrandados. Por isso é possível compreender a dificuldade que perpassa aos professores de não só aplicar, mas agora criar e desenvolver atividades e didáticas que possam ser compreendidas por todos os seus alunos, não causando assim distinções entre eles. A aula não pode mais se basear nos instintos intrínsecos que os professores possuem, vindos em sua maioria de suas antigas professoras, agora o lúdico, e o tátil devem comandar as salas de aula.

A inclusão escolar no caso de uma formação inicial e continuada pode re-significar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. A educação inclusiva é uma reestruturação cultural, social, das praticas e políticas que são vivenciadas na escola de modo que estas respondam a diversidade dos discentes, é uma abordagem democrática que percebe

o sujeito e suas particularidades, tendo como objetivo o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção pessoal de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse artigo pode-se perceber a importância e a necessidade da discussão sobre a inclusão, um assunto que mesmo décadas após a sua entrada nas escolas do país ainda causa desconforto e incerteza nas salas de aula de vários professores. A frustração e o medo do desconhecido acabam tomando a frente entre os docentes que muitas vezes não tem acesso ou apoio a nenhuma instancia que poderia auxilia-los nesse desenvolvimento de uma sala mais inclusiva.

A inserção do aluno com deficiência nas salas de aula tem se tornado um tema bastante discutido dentro da academia, pois é direito de uma pessoa com deficiência a educação em escolas regulares e é dever da escola recepcionar este aluno, mas ao professor são dadas reais capacitações para conseguir integrar satisfatoriamente esse aluno? O professor recebe algum acompanhamento ou formação continuada sobre a didática que melhor se adequa a esse aluno? Pois ao receber um aluno com deficiências na sala, sua metodologia, programação de aulas e didática deve sofrer uma completa transformação e a ele cabe a tarefa de descobrir como fazer a mediação satisfatória entre a criança e o conteúdo.

A escola, assim como seu quadro de funcionários busca fazer o melhor com o que tem. Professores e coordenação se sentem perdidos e desconfortáveis na pele de incentivadores e motivadores da inclusão e sem o apoio das instâncias superiores como a secretaria de educação ou a própria universidade, que se encontra nesta situação como a formadora desses sujeitos, eles flutuam em um “mar” de informações e achismos que acabam confundindo e mais amedrontando esses profissionais do que lhes trazendo ajuda. Refletir sobre a formação de docentes, levantar seu perfil, refletir sobre sua identidade, suas relações e concepções sobre inclusão, os conhecimentos que têm sobre o tema e como a formação inicial e crítica desse professor podem contribuir para uma atuação que possibilite transformações, foi esse o objetivo desse estudo.

A inclusão, concebida como um processo para se efetivar precisa do envolvimento dos docentes, de conhecimentos, de políticas públicas, de reestruturação dos sistemas educacionais e das escolas que dele fazem parte, de investimentos governamentais, da participação da comunidade, da conscientização da sociedade em relação à educação como direito.

O resultado desta pesquisa corrobora com essa ideia, pois se observa que os sujeitos acreditam que a inclusão só vai se efetivar se houverem mudanças na sociedade, nas políticas públicas, no sistema educacional, na destinação de recursos para educação, na estruturação das escolas, nas práticas pedagógicas, o que demonstra posicionamento crítico. Isso indica que a maioria dos docentes acreditam que é possível efetivar uma educação inclusiva, mas isso requer a participação da sociedade na luta por educação para todos, com qualidade, respeito às diferenças, valorização da diversidade, atendimento às necessidades e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 9.394, de 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

BRASIL. Parecer n.º 17, **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

COUTINHO, Marta Callou Barros. ARAÚJO, Clarissa Martins. **Os saberes docentes e a prática pedagógica inclusiva: Um olhar sobre o curso de Pedagogia em Instituições de Ensino no sertão pernambucano**. UFPE. 2014

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, R.J.: Editora Vozes, 2002.